DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

# DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL (2001 – 2023)

## *DEMOCRACY AND PARTICIPATION IN SCIENTIFIC PRODUCTION ON URBAN PLANNING IN BRAZIL (2001 – 2023)*

Vanessa da Silva Vieira

Doutora em Geografia (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha). Docente da UEFS/PLANTERR, vanessavieira@uefs.br

**Resumo**

Qual o perfil acadêmico, institucional e espacial das pesquisas desenvolvidas em programas de doutorado no Brasil que abordam processos participativos e democráticos no planejamento urbano? Essa é a questão que motivou a investigação, decorrente de reflexões pedagógicas originadas na interação com discentes da disciplina Planejamento Urbano e Regional, do Curso de Bacharelado em Geografia. O artigo analisa pesquisas doutorais, em diferentes áreas, concluídas entre 2001 e 2023, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para a seleção foram usados os descritores "planejamento urbano e participação" e "planejamento urbano e democracia". Os resultados revelam baixa representatividade da Geografia, reduzido protagonismo do Norte e Nordeste e escassa atenção aos pequenos municípios, evidenciando desigualdades escalar e regional na produção científica brasileira.

**Palavras-chave:** Planejamento urbano; Participação; Pesquisa; Pós-graduação; Brasil.

**Abstract**

What is the academic, institutional, and spatial profile of research developed in doctoral programs in Brazil that addresses participatory and democratic processes in urban planning? This question motivated the study, stemming from pedagogical reflections arising from interactions with students enrolled in the Urban and Regional Planning course within the Bachelor's Degree in Geography. The article analyzes doctoral research across different fields, completed between 2001 and 2023, available in the CAPES Theses and Dissertations Catalog. The selection was based on the descriptors "urban planning and participation" and "urban planning and democracy." The results reveal a low representation of Geography, limited prominence of the North and Northeast regions, and scarce attention to small municipalities, highlighting scalar and regional inequalities in Brazilian scientific production.

**Keywords**: Urban Planning, Participation, Research, Brazil.

### Considerações iniciais

O artigo é resultado de inquietações emergidas no contexto da docência e das atividades de pesquisa e extensão. Entre o conjunto de inquietações, destaca-se: qual o perfil acadêmico, institucional e espacial das pesquisas desenvolvidas em programas de doutorado, que abordam processos participativos e democráticos no planejamento urbano? A investigação teve como objetivo construir um painel analítico capaz de demonstrar: a) perfil das pesquisas doutorais sobre processos participativos e democráticos no planejamento urbano; b) contribuições acadêmicas já existentes e vazios investigativos; c) espacialidade investigativa que justifique o financiamento de editais voltados à proposição de formas mais democráticas e participativas no planejamento urbano.

Esse último objetivo foi inspirado no edital CNPq/FNDCT/SGPR/MDS nº 17/2025. Uma iniciativa que merece ser ampliada diante da escassez de pesquisas voltadas à democracia participativa e à justiça urbana. Isso é importante, pois, não raro, editais de pesquisas estão alinhados com alguma necessidade mercadológica ou puramente técnica. Os resultados encontrados dão as seguintes pistas: a) necessidade de ampliar e redirecionar práticas investigativas; b) necessidade de fomentar

projetos de pesquisa e extensão atentos às condições da democracia participativa; c) necessidade de valorizar práticas pedagógicas vinculadas à participação social.

Quando destacamos o tema da participação, queremos saber como as pessoas estão presentes nas decisões públicas sobre o planejamento urbano. Trata-se de uma demarcação importante, pois nos instiga a pensar quais são as formas de participação que se tornam centrais nas pesquisas de pós-graduação. Constitucionalmente, a gestão democrática, é prevista desde 1988. No âmbito da política urbana, o Estatuto da Cidade oferece diretrizes importantes, mas com resultados questionáveis. Os achados indicam que a existência da legislação não garante efetividade. E, ao mesmo tempo, as formas de participação institucionalizada são as protagonistas nas investigações acadêmicas, sob controle técnico-institucional. Esse movimento ocorre, ao meu ver, no escopo da democracia neoliberal e da democracia representativa.

Cruz (2025), do ponto de vista da ciência política, aponta as limitações da democracia neoliberal e nos ajuda a pensar como tais limitações repercutem na agenda democrática da gestão urbana. A repercussão, não raro, está no fato da iniciativa privada ditar a organização das cidades, quando, por exemplo, programas de interesse social, como o Programa Minha Casa Minha Vida, são fortemente impactados pela especulação imobiliária. A gestão democrática permanece vinculada às mesmas elites. O planejamento urbano, no escopo da gestão democrática neoliberal, submete cidades inteiras ao caos, e revele limites estruturais no enfrentamento das desigualdades urbanas mais profundas.

Na verdade, ainda nos aproximando das discussões de Cruz (2025), o que se tem de igualdade substantiva na cidade adveio das lutas políticas dos movimentos populares (Movimento de Luta pela Moradia, Movimento dos Sem Teto, marchas feministas e ações insurgentes de quem mora nas periferias sociais e espaciais). Nesse sentido, as pesquisas podem abrir caminhos para reconhecer práticas não institucionalizadas que quando não provocam efeitos diretos nos serviços e infraestruturas urbanas podem ser referências pedagógicas para outras ações insurgentes.

Ao priorizar a participação representativa (assembleias, conselhos, plenárias), a academia mantém em discussão apenas modelos tradicionais (insuficientes?) de participação, não alcançando experiências urbanas mais viscerais. A academia precisa ampliar a escuta de outras vozes urbanas e reconhecer novas possibilidades de práticas participativas. Conferimos à participação centralidade pois a vemos como "[...] uma forma de proporcionar melhores chances de um exercício mais pleno da cidadania [...]" (Souza, 2005, p. 194). Acreditamos, conforme Young (2000), que "[...] a participação direta e regular, nas tomadas de decisões, contribui para ampliar a justiça social [...]". Se acreditamos que a participação é capaz de atenuar as distorções estruturais da sociedade, quais metodologias precisam ser construídas para favorecer uma rotina participativa? Para responder essa pergunta, antes, é preciso trazer à discussão outras limitações: a) Como criar uma agenda em que as pessoas sejam participativas após uma escala de trabalho 6x1, sem garantias expressas de que suas demandas coletivas estarão no orçamento? b) Como participar de assembleias e plenárias noturnas quando o transporte é caro, escasso, precário e inseguro? c) No contexto urbano, teria direito e condições de participar apenas quem paga impostos? Como estariam representadas as pessoas em situação de rua? d) E quem mora em situações periféricas, com trabalho exaustivo de 12h, quais são as condições dadas para a participação? e) Superadas tais limitações acima quais são, afinal, as chances reais de incidência nas decisões? Essas questões indicam que pautar participação e democracia não é suficiente. É necessário perguntar quais condições sociais, espaciais, políticas e econômicas a tornam viável. Tais condições são constitutivas e devem ser incorporadas às metodologias participativas e às agendas de pesquisa.

**Percurso metodológico**

Fez mapeamento sistemático com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (CTDC), especificamente das teses, entre os anos de 2001 e 2023, delimitadas pelos descritores "planejamento urbano e participação" e "planejamento urbano e democracia", e nas grandes áreas de conhecimentos: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar. O ano de 2001 foi definido, devido à promulgação do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001. As buscas foram atualizadas até 26 de outubro de 2023. A escolha das grandes Áreas de Conhecimentos teve por motivação identificar o perfil das pesquisas realizadas na Geografia, na Arquitetura e Urbanismo e em áreas multidisciplinares, a exemplo do Planejamento Urbano Regional. Excluídas as pesquisas repetidas nos descritores, registraram-se 116 Teses. Para os descritores "Planejamento Urbano e participação" foram encontradas 93 Teses e para o segundo descritor "Planejamento Urbano e Democracia" foram encontradas 23. Essa filtragem correspondeu à primeira etapa da análise. Admite-se que algumas teses possam não ter sido captadas devido às especificidades dos descritores; ao caráter interdisciplinar das pesquisas; às particularidades da catalogação na plataforma. Assim, os resultados encontrados devem ser interpretados como uma aproximação do perfil das pesquisas.

A segunda etapa consistiu na leitura das 116 teses para identificar o perfil das pesquisas. Quando

não foi possível identificar, na introdução, o perfil da pesquisa, foram lidos resultados e considerações finais. Nessa etapa foram delimitadas as pesquisas ancoradas em instrumento de planejamento urbano. Nesse caso, planos diretores, ambientais, habitacionais e metropolitanos, desde que abarcassem a temática da participação. Mediante tal delimitação obteve-se um total de 39 teses, nas quais foram identificadas três tendências predominantes nas pesquisas de doutorado, assim classificadas: a) pesquisas orientadas para Análise Crítica de instrumentos de Participação (ACP), com ênfase analítico-discursiva; b) pesquisas orientadas para Avaliação de Práticas Participativas (APP), incluindo práticas insurgentes (APPI); e c) pesquisas orientadas para Propostas

**Quadro 1 -** Teses por descritores. Período: 2001 – 2023.

| N. | Autor(a) | Ano | Descritores |
|---|---|---|---|
| 1 | Burnett, Carlos Frederico Lago | 2009 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 2 | Castro, Andre Hacl | 2017 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 3 | Costa, Márcia Helena Batista Corrêa da | 2011 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 4 | Hass, Mônica. | 2006 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 5 | Machado, Eduardo Gomes. | 2010 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 6 | Matias, Vandeir Robson Da Silva. | 2011 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 7 | Milagres, Ligia Maria Xavier. | 2016 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 8 | Nunes, Luiz Antonio De Paula. | 2005 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 9 | Nunes, Sandra Marilia Maia. | 2015 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 10 | Oliveira Filho, J. T. | 2009 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 11 | Silva, Evanildo Barbosa Da. | 2010 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 12 | Silva, Silvio Domingos Mendes Da. | 2014 | Planejamento Urbano e Democracia |
| 13 | Balem, Tiago | 2021 | Planejamento Urbano e Participação |
| 14 | Bhering, Iracema G. de Abreu | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 15 | Borges, Junia Lucio de Castro | 2017 | Planejamento Urbano e Participação |
| 16 | Braga, Andrea Luiza Curralinho | 2020 | Planejamento Urbano e Participação |
| 17 | Brule, David Melo Van den | 2020 | Planejamento Urbano e Participação |
| 18 | Bugs, Geisa Tamara | 2014 | Planejamento Urbano e Participação |
| 19 | Cardoso, Silvia Laura Costa | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 20 | Coelho, Will Robson. | 2017 | Planejamento Urbano e Participação |
| 21 | Colenci, Pedro Luciano. | 2017 | Planejamento Urbano e Participação |
| 22 | Cunha, Luis Felipe | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 23 | Ferreira, Ana Monica Medeiros. | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 24 | Isoppo, Rodrigo Schames. | 2003 | Planejamento Urbano e Participação |
| 25 | Knebel, Norberto Milton Paiva. | 2021 | Planejamento Urbano e Participação |
| 26 | Lopes, Lara Cito. | 2020 | Planejamento Urbano e Participação |
| 27 | Mancini, Laura Moreira. | 2014 | Planejamento Urbano e Participação |
| 28 | Melchiors, Lucia Camargos | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 29 | Nascimento, Daniela Viegas da Costa | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 30 | Rebouças, Fadia Dos Reis. | 2018 | Planejamento Urbano e Participação |
| 31 | Rebouças, Thais De Miranda. | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 32 | Schurgelies, Vinicius. | 2021 | Planejamento Urbano e Participação |
| 33 | Senra, Kelson Vieira. | 2022 | Planejamento Urbano e Participação |
| 34 | Siqueira, Lucimar Fatima. | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 35 | Souza, Jairo Salvador De. | 2021 | Planejamento Urbano e Participação |
| 36 | Squera, Jorge Hector Rebollo. | 2021 | Planejamento Urbano e Participação |
| 37 | Staloch, Rubens. | 2019 | Planejamento Urbano e Participação |
| 38 | Toledo, Rodrigo Alberto. | 2013 | Planejamento Urbano e Participação |
| 39 | Valaski, Simone. | 2013 | Planejamento Urbano e Participação |

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

de Estratégias ou metodologias para fomentar a Participação (PEPP). Denominamos tais tendências de perfil temático-investigativo. Foram priorizadas as teses que analisaram processos participativos (exitosos e adversos) ou indicaram estratégias e propostas metodológicas para a efetivação da participação. Dentre as 39 teses, 27, estavam correlacionadas ao descritor Planejamento Urbano e Participação"; e 12, ao descritor "Planejamento Urbano e Democracia", conforme Quadro 01. Esse resultado criou a base para o estabelecimento da terceira etapa, a saber sistematização dos dados em gráficos, tabelas e mapas, permitindo visualizar a distribuição institucional e territorial da produção analisada.

Para fins comparativos, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes apresenta 3.387 registros associados ao descritor "expansão urbana", no período de 2001 a 2023. No geral, tais pesquisas investigam a atuação do mercado imobiliário, articulada ao poder público municipal, evidenciando fragilidades e contradições dos processos de expansão urbana. Em contraste, o termo "planejamento democrático" reúne apenas 834 trabalhos, enquanto "insurgências urbanas" aparece em somente 47 registros. Esses dados revelam uma hierarquização temática sobre a prevalência de uma preocupação investigativa já reforçada na pauta das gestões municipais e do mercado, em detrimento de perspectivas direcionadas à democratização efetiva do planejamento. Na Geografia, Souza (2006), por exemplo, permite compreender essa assimetria como expressão do predomínio de paradigmas técnico-racionalistas, voltados à regulação do espaço em detrimento da participação cidadã.

Na arquitetura e urbanismo, Maricato (2007) destaca as amarras das universidades ao pensamento *funcional* sobre o planejamento urbano e as cidades, mantendo, em segundo plano, o enfrentamento social, político, econômico e cultural inscritas no espaço. No conjunto das teses analisadas e das referências usadas, observa-se a presença marcante desse viés funcional e técnico-racionalista na investigação sobre planejamento urbano. Além disso, termos como "insurgências urbanas" ainda representam categorias emergentes e poucas exploradas no vocabulário acadêmico brasileiro, o que contribui para sua baixa incidência nas pesquisas. Miraftab (2016) argumenta pela necessidade de renovação e diversificação do vocabulário e do conteúdo, no campo do planejamento urbano, defendendo que tais necessidades devem ser protagonizadas, também, no âmbito dos cursos de graduação. A preferência temática expressa como agendas de pesquisas protagonizadas no campo acadêmico podem favorecer centralidades epistemológicas alinhadas aos interesses mercadológicos em detrimentos de objetos de estudos mais alinhados à democratização do planejamento urbano.

A terceira etapa consistiu na sistematização dos resultados em gráficos, tabelas e mapas, das informações dos resultados para demonstrar: a) a temática específica abordada nas pesquisas de doutorado orientadas para participação social, no planejamento urbano; b) os municípios brasileiros que foram recortes espaciais destas pesquisas; c) a representatividade das Grandes Áreas de Conhecimento; d) a representatividade das Áreas nos programas de pós-graduação; e) a concentração das pesquisas por região; unidades federativas e Instituições de Ensino Superior/IES (públicas e privadas). A organização desses dados permite evidenciar padrões de concentração espacial e institucional, temática e lacunas investigativas, indicando caminhos para abordagens investigativas mais diversificadas sobre o planejamento urbano centrado na participação social.

**Percurso dos resultados**

A sistematização dos resultados está orientada para apresentar o perfil das pesquisas acadêmicas sobre a temática do planejamento urbano participativo e suas feições mais democráticas. A ideia é contribuir em três direções. Primeira, no direcionamento de novas investigações e ações acadêmicas, no nível da graduação e pós-graduação. Segunda, na realização de projetos de pesquisa e de extensão, propostas metodológicas e de conteúdo para o ensino de planejamento urbano, na graduação. Terceira, no despertar da curiosidade para investigar desafios, experiências e vivências cotidianas urbanas, em diferentes portes de cidades. A expectativa é subsidiar – no âmbito do ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação – novas pesquisas e roteiros para a prática na sala de aula; criar procedimentos metodológicos e outras argumentações mais imaginativas direcionadas para a ação conjunta entre universidade e comunidade externa, especialmente voltados para o recorte urbano, dos municípios baianos.

Os resultados e análises das buscas realizadas na segunda e terceira etapas serão apresentados nesta ordem: 1) Perfil temático-investigativo da pesquisa; 2) Temáticas e recortes espaciais na intersecção entre participação social e planejamento urbano nos municípios brasileiros que foram recortes espaciais destas pesquisas; 3) Perfil espacial e institucional das pesquisas: representatividade por áreas dos programas de pós-graduação, por Instituição de Ensino Superior e Unidades Federativas.

**Perfil temático-investigativo da pesquisa**

O perfil temático-investigativo da pesquisa, apresentado no Quadro 02, segue esta classificação: 1) Análise Crítica de Instrumentos de Planejamento (ACP); 2) Avaliação de Práticas Participativas (APP); 3) Avaliação de Práticas Participativas Insurgentes (APPI); 4) Proposta de Estratégia para Planejamento Participativo (PEPP).

**Quadro 2 -** Perfil investigativo da pesquisa acadêmica na temática do planejamento urbano e participação.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Planejamento urbano e inclusão social: um estudo a partir dos instrumentos de gestão democrática em Niterói-RJ | Castro (2017) | ACP/ PEPP | UFF - RJ |
| 2 | Gestão democrática, cultura política e conflitos de governança no planejamento e na gestão urbana no Recife | Silva (2010) | ACP | UFPE - PE |
| 3 | Planejamento urbano no recife: futuro do pretérito | Nunes (2015) | ACP | UFPE - PE |
| 4 | A participação popular no planejamento urbano: a experiência do Plano Diretor de Porto (planejamento e democracia) *análise normativa* | Oliveira (2009) | ACP | UFRGS - RS |
| 5 | O planejamento territorial regional e urbano como forma de militância social: experiências em Santa Catarina e Florianópolis *(análise dos documentos e revisão teórica sobre a temática)* | Squera (2021) | ACP | UDESC - SC |
| 6 | Trajetórias do planejamento urbano no município de Araraquara: centralismo decisório ou participação? | Toledo (2013) | ACP | UNESP - SP |
| 7 | Estrutura e dinâmica da paisagem: subsídios para a participação popular no desenvolvimento urbano do município de Curitiba-PR | Valaski (2013) | ACP | UFPR - PR |
| 8 | Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos' | Burnett (2009) | ACP | UFMA - MA |
| 9 | Jardins Botânicos**:** Preservação, Práticas Sociais, Gestão e Turismo no Ambiente Urbano | Cardoso (2019) | ACP | UFPA - PA |
| 10 | A 'governança urbana participativa': a experiência do conselho nacional das cidades – Ministério das Cidades' | Coelho (2017) | APP | UFRJ - RJ |
| 11 | Plano diretor municipal e participação popular contributiva avaliados por um modelo integrador' | Colenci (2017) | APP | UFSC - SC |
| 12 | Participação democrática e planejamento urbano: o Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte. | Costa (2011) | APP | UNICAMP - SP |
| 13 | Direito à cidade e participação popular na política urbana da cidade do Natal/RN: uma crítica sócio-jurídica ao direito urbanístico | Ferreira (2019) | APP/ PEPP | UFRN - RN |
| 14 | Democracia e governança: o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) - 2001-2004 | Hass (2006) | APP | UFSC - SC |
| 15 | Cidades inteligentes e participação: crítica da economia política do espaço urbano contemporâneo. | Knebel (2021) | APP | UNIJUI - RS |
| 16 | Qualidade ambiental no centro de Teresina | Lopes (2020) | APP | Mackenzie - SP* |
| 17 | Planejamento urbano, democracia e participação: o caso do plano diretor de Fortaleza (2003-2008) | Machado (2010) | APP | UFCE - CE |
| 18 | A Participação na governança de projetos urbanos metropolitanos no Rio de Janeiro (A experiência do Projeto Reconstrução Rio) | Mancini (2014) | APP | PUC - RJ* |
| 19 | O *phármakon* da democracia eletrônica na gestão territorial urbana | Matias (2011) | APP | UFMG - MG |
| 20 | Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão | Milagres (2016) | APP | UFMG - MG |
| 21 | Economia da partilha na dinâmica urbana: contradições para o direito à cidade | Nascimento (2019) | APP/ PEPP | PUC - MG* |
| 22 | A construção da esfera pública no planejamento urbano. Um percurso histórico: Santos, 1945-2000 | Nunes (2005) | APP | USP - SP |
| 23 | Plano, prática e participação: percepções do processo de elaboração do Plano Diretor Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo | Schurgelies (2021) | APP | FGV - EAESP* |
| 24 | A intenção e o gesto: uma análise do processo de planejamento do PDUI/RMRJ-2018 | Senra (2022) | APP | UFF - RJ |
| 25 | O papel do poder público local nos processos participativos de planos diretores em Santa Catarina | Silva (2014) | APP | UFSC - SC |
| 26 | Democracia e cidade: da democracia participativa à desdemocratização na experiência de Porto Alegre | Siqueira (2019) | APP | UFRGS - RS |
| 27 | Desenho institucional e bens democráticos: um estudo sobre as intersecções dos conselhos relacionados a política urbana em Curitiba | Braga (2020) | APP | UFPR - PR |

**Quadro 2 -** Perfil investigativo da pesquisa acadêmica na temática do planejamento urbano e participação. (Comctinuação)

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 28 | Justiça socioespacial e a participação popular no planejamento e gestão urbanos no município de Juazeiro do Norte - CE | Van de Brule (2020) | APP | UFPE - PE |
| 29 | O território do comum em práticas urbanas insurgentes | Balem (2021) | APPI | UFRGS - RS |
| 30 | Práticas espaciais e planejamento insurgente: os casos do Campeche em Florianópolis e Pointesaint- Charles em Montreal | Cunha (2019) | APPI | UFSC - SC |
| 31 | Da ocupação à retomada: cartografando processos de subjetivação em território urbano | Isoppo (2023) | APPI | UFRGS - RS |
| 32 | Reivindicando territórios na cidade contemporânea: experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à mercantilização do urbano | Melchiors (2019) | APPI | UFRGS - RS |
| 33 | O lugar da periferia como possibilidade de efetivação da participação social no planejamento urbano | Rebouças (2018) | APPI | UNB-BR |
| 34 | O bairro e o plano: estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano em Salvador - BA e no Bairro da Paz | Rebouças (2019) | APPI | UFBA - BA |
| 35 | Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade: práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos campos, São Paulo, no Século XXI | Souza (2021) | APPI | UNIVAP - SP |
| 36 | O urbanismo e a paisagem desejada | Bhering (2019) | PEPP | UFMG - MG |
| 37 | O potencial do ciberespaço na ampliação da participação social no planejamento territorial municipal | Staloch (2019) | PEPP | UESC - SC |
| 38 | O potencial da informação geográfica voluntária como suporte à democracia no planejamento e gestão territorial | Borges (2017 | PEPP | UFMG-MG |
| 39 | Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano. | Bugs (2014) | PEPP | UFRGS - RS |

*Instituição privada

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

No primeiro grupo estão as pesquisas classificadas em ACP. Tais pesquisas se orientaram na análise crítica da dimensão legal e normativa dos instrumentos da gestão democrática. São análises que apresentam como os instrumentos de Planejamento Urbano, em especial os Planos diretores, se distanciam ou se aproximam do tema da Gestão Democrática, prevista no Estatuto da Cidade. As pesquisas apontam que os planos diretores, são, no geral, espectros da exigência legal e pouco ou nada expressam as demandas coletivas. Aqui, destaco a investigação de Burnett (2009), que evidencia o entrelaçamento do Movimento Nacional de Reforma Urbana e o principal instrumento do Planejamento Urbano, do ponto de vista oficial, que são os Planos Diretores (ditos participativos) do Desenvolvimento Urbano. A pesquisa de Burnett (2009) tece uma análise argumentativa sobre uma farsa democrática transbordante. Na verdade, tal como escrito nas considerações de Burnett (2009, p. 29), as pesquisas evidenciam "significativas conquistas institucionais, mas poucos resultados efetivos". A tese apresenta uma dura crítica ao Movimento da Reforma Urbana, onde os planos diretores participativos são "fetiches" e o planejamento urbano democrático uma "farsa". Com base no autor, o caráter democrático se apresenta de forma superficial, e questiona o plano diretor como instrumento para alcançar a "justiça urbana", devido ao seu caráter tecnicista, legalista e presença dos interesses econômicos imobiliários, por exemplo.

No segundo grupo estão os resultados das pesquisas classificadas em Avaliação de Práticas Participativas (APP) e Avaliação de Práticas Participativas Insurgentes (APPI), os quais apresentam diferenças qualitativas. A APP trata de estudos de casos que analisaram os desafios e aprendizados dos processos de participação com alto grau de coordenação institucional. A APPI trata de análise sobre os processos de participação protagonizados pela ação coletiva e popular, cujo regramento institucional externo é pouco influente ou inexistente.

No grupo do perfil das APP os processos de participação, seguem o rito da participação prevista nos instrumentos legais, do planejamento urbano formal institucionalizado. Ou seja, audiências públicas, formação de conselhos, conferências urbanas, e estratégias de abertura à consulta pública. Neste perfil o centro da análise é a gestão pública, e está revelada nas investigações de Braga (2020), Costa (2011), Ferreira (2019), Nascimento (2019), Siqueira (2019), e Coelho (2017). Coelho (2017, p. 181), por exemplo, ao investigar a experiência do Conselho das Cidades (ConCidades), concluiu sobre a existência de fragilidades na gestão democrática das cidades entre as esferas federativas e a sociedade civil. Afirma, ainda, que "as decisões do ConCidades não funcionaram como políticas deliberativas

e, efetivamente, praticadas pelo governo, salvo poucas exceções [...]". Trata-se de uma crítica constante à inexistência de garantia para que as demandas expressas, coletivamente, ganhem materialidade efetiva. Aqui há uma queixa, mas também há uma oportunidade para que as pesquisas acadêmicas possam ir além da crítica, e investigar, e propor caminhos que encurtem o percurso entre as demandas coletivas e sua inclusão efetiva na pauta da gestão pública.

Nas práticas insurgentes (APPI), o centro da pesquisa está na ação da população, geralmente, junto às instituições de ensino (superior e pública) ou instituições não governamentais. São iniciativas com resultados mais lentos e menos contaminados pelo regramento burocrático institucionalizado, mas que sempre guardam a relação com o institucionalizado. Estes processos, podem ser observados, por exemplo, nas pesquisas de Balem (2021), Cunha (2019), Isoppo (2023), Melchiors (2019), Rebouças (2018) e Souza (2021). As investigações sobre as práticas de participação institucionalizadas e participação insurgente apontam feições desafiadoras, mas também exitosas com importantes lições pedagógicas.

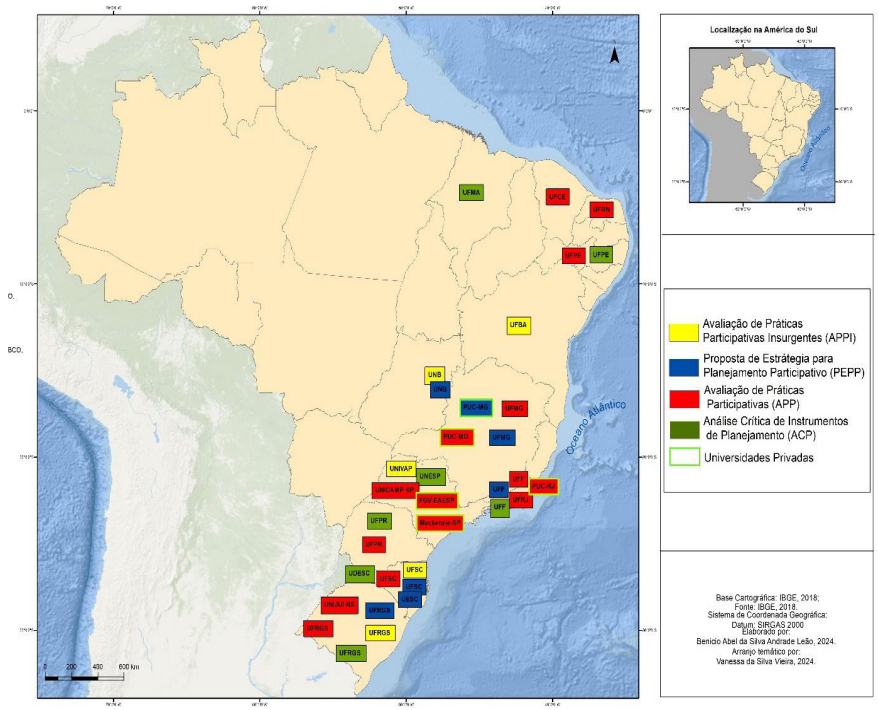
Sobre as práticas insurgentes, a pesquisadora Miraftab (2016), cobra uma postura mais transgressora no ensino universitário, quando a temática de ensino estiver relacionada ao planejamento urbano. A transgressão se articula à "descolonização do planejamento urbano" a qual implica, também, em "preparar os estudantes com linguagens que os conectem a diversos atores, que em contestações modelam o habitat humano" (Miraftab, 2016, p. 375). Para a urbanista, não raro, os futuros profissionais desenvolvem uma linguagem específica para lidar com os procedimentos técnicos, burocráticos e de interesses dos gestores municipais. Nesse caso, usam os tradicionais instrumentos de base teórica e normativa, para atender à agenda político-econômica dos gestores municipais. Tal situação é uma crítica ao uso de sistemas de informações geográficas, nas metodologias participativas, sob encomenda das gestões municipais. Nesse caso, pode haver maior preocupação com a aplicação teórica e a eficiência técnica da metodologia do que com as reais demandas coletivas. Um exemplo disso é quando a gestão municipal faz uso do Sistema de Informações Geográficas e instrumentos de geoprocessamento para mapear áreas urbanas que necessitam de investimento em equipamentos públicos, mas não estabelece, antes ou em paralelo, um processo de escuta e diálogo com moradoras e moradores para identificar as principais demanda coletivas. Nesse caso, prioriza-se os dados técnicos em detrimento das experiências vividas cotidianamente. Por outro lado, se a gestão pública cria espaços de participação via oficinas, plenárias, assembleias, mas não cria mecanismos para que as demandas expressas estejam na pauta e no orçamento dos instrumentos de planejamento e ação, torna-se inócua a presença das pessoas nesses espaços.

No terceiro grupo estão as pesquisas classificadas em Proposta de Estratégias para Planejamento Participativo (PEPP). Tais pesquisas possuem caráter propositivo, com aplicação e modelos de instrumentos metodológicos. Porém, observa-se baixa diversidade das propostas. No geral, direcionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para incluir a participação da sociedade no planejamento urbano. Há pesquisas que avaliam o uso das TICs como metodologia acessível, com potencial para auxiliar na identificação das principais demandas e desafios urbanos. É o caso das pesquisas de Bugs (2014), Borges (2017) e Knebel (2021). Tais pesquisas apontam, também, faces limitantes no uso das tacnologias. Knebel (2021), em sua trajetória investigativa, questiona a ideia das novas TICs como recurso para gestão democrática, considerando que o acesso e a qualidade das informações disponíveis e geradas é desproporcional, pois não alcançam uma participação equitativa, sequer igualitária.

Como síntese, é preciso capturar os limites da tecnologia numa sociedade segmentada entre quem pode ou não acessar recursos. As estratégias técnico-instrumentais são incompletas, sem o enfrentamento conceitual da democracia e das relações de poder. Construir e adaptar espaços inclusive físicos, para circulação de informações e formular estratégias para além das TICs, via sistemas presenciais**,** articulados a coletivos e instâncias sociais**,** são alternativas. Universidades, Associações de Moradoras, Movimentos e Coletivos Sociais Urbanos, e escolas são espaços estratégicos para a pedagogias participativas Experiências extensionistas, com estudantes do Ensino Médio, evidenciam o potencial formativo dessas práticas, ampliando o repertório político e o olhar geográfico sobre os desafios urbanos. A articulação entre formação política e saberes técnicos, como SIG, geoprocessamento e cartografia social, ainda restritos à universidade, é fundamental para fortalecer a cidadania e fomentar a reivindicação de um planejamento mais inclusivo.

Do ponto de vista espacial, as pesquisas doutorais direcionadas para a gestão democrática, estão concentradas nas Instituições de Ensino Superior públicas; nas regiões Sul e Sudeste, rarefeita no Nordeste e Centro-Oeste e inexistente no Norte do país (Figura 01). Essa condição espacial fomenta as seguintes inquietações que devem conduzir outras análises futuras. O que justifica tal espacialização? Quais os desdobramentos de tal espacialização? Qual o papel da Universidade Pública na pesquisa sobre democratização do planejamento urbano? Por que essa geografia que pesquisa esses temas são tão pouco explorados no Nordeste? Por que os grandes centros urbanos se ressaem nos recortes espaciais das pesquisas?

**Figura 1 -** Perfil investigativo das Teses sobre Planejamento Urbano Participativo e/ou Democrático por Instituição de Ensino Superior e Unidades Federativas (2021 – 2023).




Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

Uma das possibilidades é a ampliação do repertório investigativo dos grupos e laboratórios de pesquisa, incluindo o tema da participação social nas decisões urbanas, e ampliando a pesquisa para cidades de pequeno e médio porte, de um Brasil mais profundo. E, ainda, provocando reflexões e encaminhamentos metodológicos sobre o engajamento de diferentes grupos na construção, por exemplo, de um plano diretor que contemple a realidade local.

### 3.2 Temáticas e recortes espaciais na intersecção entre participação social e planejamento urbano

O Quadro 03 apresenta os municípios brasileiros, especialmente em sua delimitação urbana, e as delimitações temáticas, que protagonizaram as pesquisas. Foram identificados 23 munícipios. Registra-se que esse número resultou do percurso da filtragem desde à primeira etapa. Pesquisas interurbanas e/ou com recorte metropolitano não compuseram o referido quadro síntese, pois o objetivo foi identificar o protagonismo de cada município, em sua especificidade. 23 municípios é uma quantidade ainda inexpressiva se compararmos ao total de municípios brasileiros, 5.561. E, mesmo se estabelecermos por referência os municípios com mais de 20.000 habitantes na zona urbana – 1.710, de acordo ao Censo 2022 (IBGE, 2023) –, obrigados a elaborar seus Planos Diretores, conforme Lei 10.257/2001, permanece inexpressiva.

É urgente a ampliação para o interior do país, das pesquisas que abordem os desafios, as alternativas, de um planejamento urbano que precisa ultrapassar a versão legislativa da gestão democrática e causar mudanças efetivas nas cidades. É imprescindível avançar na pesquisa acadêmica, denunciando entraves à democracia participativa e propondo formas mais inclusivas de administração do público. As pesquisas realizadas concentram-se no Sul e Sudeste, sobretudo em capitais e grandes cidades. A Figura 02 representa, cartograficamente, o vazio espacial brasileiro, sobre a pesquisa na pós-graduação, no nível de doutorado, sobre a temática aqui tratada, mas também que se impõe como possibilidades para análises mais profundas.

Nas pesquisas realizadas no Norte e Nordeste, exceto a pesquisa realizada por Van Den Brule (2020), em Juazeiro do Norte, todas as outras estão direcionadas para as capitais do estado. Está reproduzida nas pesquisas acadêmicas a tendência de concentração nos grandes centros. Tal concentração exclui a possibilidade de conhecimento sobre a dificuldade ou a presença de experiências participativas em pequenos municípios, mas com importantes repercussão na qualidade de vida urbana. Os municípios do Sul e Sudeste do país apresentam, também, o maior número de pesquisas sobre Avaliação de Práticas, Avaliação de Práticas Insurgentes e Proposições Metodológicas. Nota-se que as pesquisas referentes aos estados de São Paulo e Santa Catarina são aquelas que incluem o maior número de municípios interioranos.

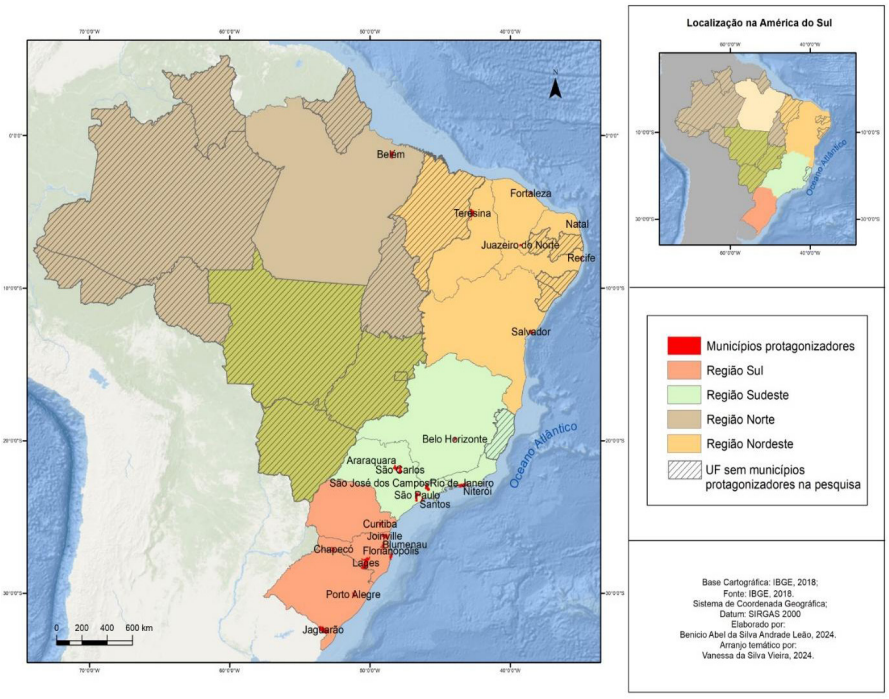
Em que pese a não representação do recorte metropolitano no mapa (Figura 2), encontraram-se quatro

**Quadro 3 -** Temáticas específicas e municípios na intersecção entre participação social e planejamento urbano.

| Tema | UF | Região |
|---|---|---|
| Estudos de práticas urbanas insurgentes em **Salvador** (BALEM, 2021; REBOUÇAS, 2019); avaliação e proposta da/para efetivação participação popular em **Salvador** (REBOUÇAS, 2018) | Bahia | Nordeste |
| Movimento Ocupa Estelita em **Recife** (MELCHIORS, 2019) e BALEM, 2021); política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a repercussão na governança democrática local em Recife (SILVA, 2010); crítica ao processo de planejamento e gestão urbanos no governo municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) (NUNES, 2015) | Pernambuco | |
| Processo de incorporação, ou não, da participação popular no planejamento urbano do município de **Juazeiro do Norte**-CE (VAN DEN BRULE, 2020); Ações contra hegemônica - Movimento Ocupe Cocó, em **Fortaleza** (BALEM, 2021); Estrutura institucional para no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de **Fortaleza** (limites e conflitos) (MACHADO, 2010) | Ceará | |
| Processo participativo na revisão do Plano Diretor de **Natal** (FERREIRA, 2019) | Rio Grande do Norte | |
| Criação da Agenda 2010, com foco na participação da população (análise), em **Teresina** (LOPES, 2020) | Piauí | |
| Estudos das redes de relações na gestão dos espaços públicos verdes de **Belém** (CARDOSO, 2019) | Pará | Norte |
| Avaliação do grau de maturidade participativa contributiva no município de **São Carlos** (COLENCI, 2017); processo de elaboração do Plano Diretor de **Araraquara** (TOLEDO, 2013); processos contra hegemônicos na luta pelo direito à cidade no município de **São José dos Campos** (SOUZA, 2021); institucionalização das comissões e conselhos em **Santos** (NUNES, 2005); movimentos coletivos de arte e cultura em **São Paulo** (MELCHIORS, 2019); Estudos de práticas urbanas insurgentes em **São Paulo** - Ocupe Parque Augusta (BALEM, 2021); ações de insurgências no planejamento urbano e o impacto na justiça socioespacial em **São José dos Campos** (SOUZA, 2021) | São Paulo | Sudeste |
| Participação da sociedade civil na implantação do Projeto Reconstrução Rio (MANCINI, 2014); entraves da estrutura institucional para o planejamento participativo em **Niterói** (CASTRO, 2017); Ações contra hegemônica na Comunidade Vila Autódromo no **Rio de Janeiro** (MELCHIORS, 2019); Ações contra hegemônica - Ocupe Golfe Jacarepaguá, no **Rio de Janeiro** (BALÉM, 2021) | Rio de Janeiro | |
| Formas organizativas da economia, em **Belo Horizonte** (NASCIMENTO, 2019); Desenho institucional da participação criado pelo Conselho e Conferências Municipais, em **Belo Horizonte** (COSTA, 2011); Processo de auto-organização dos moradores da Vila das Antenas, em **Belo Horizonte** (MIILAGRES, 2016); Orçamento Participativo Digital em **Belo Horizonte** (MATIAS, 2011) | Minas Gerais | |
| Estudos de práticas urbanas insurgentes e contra hegemônica em **Porto Alegre** (BALEM, 2021; ISOPPO, 2023); aplicação do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo no município de **Jaguarão** e Participação Pública com Sistema de Informação Geográfica, na Orla do Guaíba, em **Porto Alegre** (BUGS, 2014); experiência de democracia participativa em **Porto Alegre**, via planejamento urbano (SIQUEIRA, 2019; OLIVEIRA FILHO, 2009) | Rio Grande do Sul | Sul |
| Processos contra hegemônicos no planejamento urbano, em Campeche- **Florianópolis** (CUNHA, 2019); a participação da sociedade no processo de planejamento (SQUERA, 2021); Arranjo institucional na elaboração de planos diretores participativos (conflitos) dos municípios de **Lajes**, **Blumenau**, **Chapecó** e **Joinville** (SILVA, 2014); Implantação do Congresso da Cidade, em **Chapecó** (HASS, 2006); | Santa Catariana | |
| Intersecções dos conselhos municipais na política urbana de **Curitiba** (BRAGA, 2020); a importância da disponibilização de informações acessíveis no processo de participação em **Curitiba** (VALASKI, 2013) | Paraná | |

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

**Figura 2 -** Perfil espacial dos municípios protagonizadores das Teses sobre Planejamento Urbano (2021 – 2023).




Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

investigações direcionadas para Regiões Metropolitanas, a saber: Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ (Mancini, 2014 e Senra, 2022); Região Metropolitana de São Paulo - SP (Schurgelies, 2021); e Região Metropolitana do Vale do Itajaí - SC (Staloch, 2019). Tais investigações avaliam os processos participativos, e a busca por resoluções mais democráticas, no âmbito da construção de projetos interurbanos metropolitanos e superação dos desafios

### 3.3 Perfil espacial e institucional das pesquisas: representatividade por áreas dos programas de pós-graduação, por Instituição de Ensino Superior e Unidades Federativas

As pesquisas que investigam a inclusão de processos participativos nos instrumentos de planejamento urbano estão distribuídas nos programas de pós-graduação da Capes, em 18 áreas de concentração. Entre estas, destaca-se uma convergência em torno de três disciplinas: Planejamento Urbano e Regional (6), na Arquitetura e Urbanismo (7) e na Geografia (6). Das 39 teses de doutorado aqui analisadas, 19 concentram-se nessas três áreas de conhecimento, o que demonstra a trajetória dessas três áreas no debate sobre a gestão democrática nas cidades. O detalhamento dessas áreas e a distribuição espacial estão apresentados, respectivamente, no Quadro 04 e Figura 03.

Do ponto de vista legal, arquitetos e urbanistas, com formação na graduação, são os profissionais designados para a coordenação técnica das equipes multi-profissionais de elaboração dos Planos Diretores Urbanos e Regionais (PL-0267/2007). Entre o corpo técnico multi-profissional, incluem-se, por exemplo, além dos arquitetos e urbanistas, os profissionais da geografia, economia, engenharia civil, administração, sociologia, ciência política (Saboya, 2007, p. 22). Para esse autor

> [...] a gestão mais democrática (*instituída pela Constituição Federal de 1988 e ratificada pela Lei 10.257/2001*), e agora amparada por lei, traz inúmeros benefícios para o processo de planejamento, mas também traz dificuldades para um corpo técnico que não foi preparado para trabalhar em conjunto com a população. [...] (grifo meu).

A afirmação feita por Saboya (2007), sobre os limites da preparação do corpo técnico para atuar em conjunto à população indica fragilidade na formação acadêmica dos profissionais do planejamento urbano. Reflete e é um reflexo do restrito repertório metodológico acadêmico, no tocante à abordagem participativa no planejamento urbano. Aponta para ausência de uma linguagem profissional alinhada aos instrumentos da gestão urbana democrática. Mostra uma concepção de universidade pouco imaginativa, que prioriza a técnica como solucionadora de questões que são também políticas, no sentido de formar profissionais com visões mais amplas onde as vozes das cidadãs e cidadãos 'comuns' possam ser mais ouvidas/valorizadas.

A necessidade de ampliar as pesquisas sobre a abordagem participativa no planejamento urbano é

**Quadro 4 -** Pesquisas por áreas de concentração dos programas de pós-graduação e por Instituição de Ensino Superior (IES) e Unidades Federativas (UF).

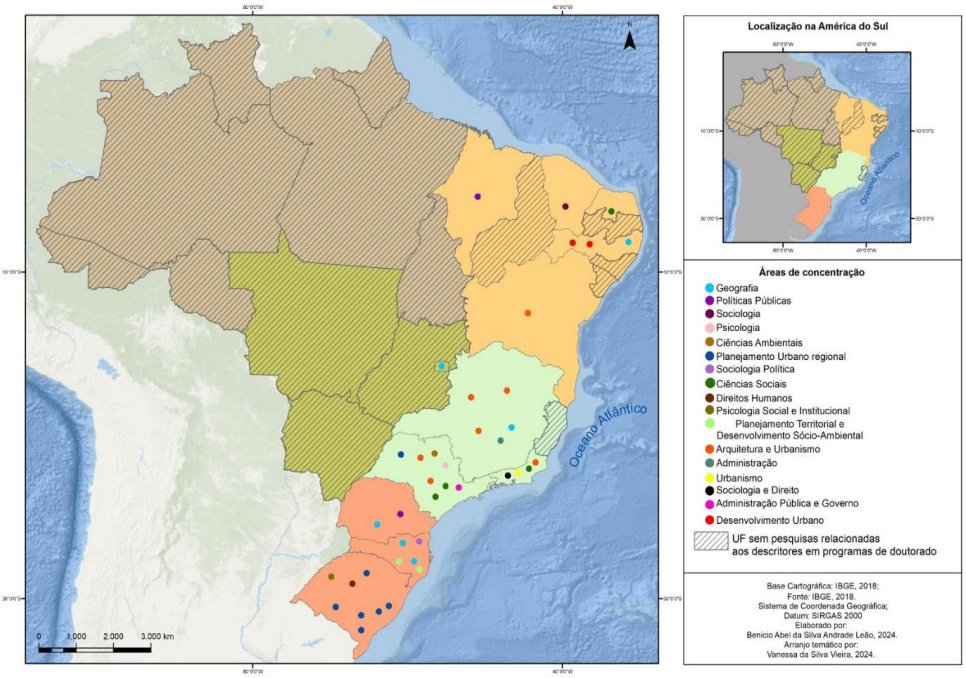
| Autor(a) | | Área de Concentração do Doutorado | Instituição de Ensino Superior/UF |
|---|---|---|---|
| 1 | NASCIMENTO (2019) | Administração | PUC/MG – MG |
| 2 | SCHURGELIES (2021) | Administração Pública e Governo | FGV/EAESP – SP |
| 3 | REBOUCAS (2019) | Arquitetura e Urbanismo | UFBA – BA |
| 4 | BORGES (2017) | Arquitetura e Urbanismo | UFMG – MG |
| 5 | BHERING (2019) | Arquitetura e Urbanismo | UFMG – MG |
| 6 | MILAGRES (2016) | Arquitetura e Urbanismo | UFMG – MG |
| 7 | SENRA (2022) | Arquitetura e Urbanismo | UFF – RJ |
| 8 | LOPES (2020) | Arquitetura e Urbanismo | Mackenzie – SP |
| 9 | NUNES (2005) | Arquitetura e Urbanismo | USP – SP |
| 10 | COLENCI (2017) | Ciências Ambientais | UFSC – SC |
| 11 | MANCINI (2014) | Ciências Sociais | PUC/RIO – RJ |
| 12 | FERREIRA (2019) | Ciências Sociais | UFRN – RN |
| 13 | TOLEDO (2013) | Ciências Sociais | UNESP – SP |
| 14 | COSTA (2011) | Ciências Sociais | UNICAMP – SP |
| 15 | CARDOSO (2019) | Desenvolvimento Sustentável | UFPA – PA |
| 16 | NUNES (2015) | Desenvolvimento Urbano | UFPE – PE |
| 17 | SILVA (2010) | Desenvolvimento Urbano | UFPE – PE |
| 18 | KNEBEL (2021) | Direitos Humanos | UNIJUI – RS |
| 19 | REBOUCAS (2018) | Geografia | UNB – BR |
| 20 | MATIAS (2011) | Geografia | UFMG – MG |
| 21 | VAN DEN BRULE (2020) | Geografia | UFPE – PE |
| 22 | VALASKI (2013) | Geografia | UFPR – PR |
| 23 | CUNHA (2019) | Geografia | UFSC – RS |
| 24 | SILVA (2014) | Geografia | UFSC – SC |
| 25 | SQUERA (2021) | Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental | UESC – SC |
| 26 | STALOCH (2019) | Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental | UESC – SC |
| 27 | BALEM (2021) | Planejamento Urbano e Regional | UFGRS – RS |
| 28 | BUGS (2014) | Planejamento Urbano e Regional | UFRGS – RS |
| 29 | MELCHIORS (2019) | Planejamento Urbano e Regional | UFRGS – RS |
| 30 | OLIVEIRA FILHO (2009) | Planejamento Urbano E Regional | UFRGS – RS |
| 31 | SIQUEIRA (2019) | Planejamento Urbano E Regional | UFRGS – RS |
| 32 | SOUZA (2021) | Planejamento Urbano e Regional | UNIVAP – SP |
| 33 | BURNETT (2009) | Políticas Públicas | UFMA – MA |
| 34 | BRAGA (2020) | Políticas Públicas | UFPR – PR |
| 35 | ISOPPO (2023) | Psicologia Social E Institucional | UFRGS – RS |
| 36 | MACHADO (2010) | Sociologia | UFCE – CE |
| 37 | CASTRO (2017) | Sociologia E Direito | UFF – RJ |
| 38 | HASS (2006) | Sociologia Política | UFSC – SC |
| 39 | COELHO (2017) | Urbanismo | UFRJ – RJ |

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

percebida em todas as áreas de conhecimento, inclusive e, sobretudo, na Geografia, defensora de um *espaço cidadão*. É preciso "observar a cidade do ponto de vista de quem a pratica cotidianamente" (Jacobs, 1961, p. 10). Para tanto, é preciso uma pedagogia do planejamento urbano promotora de um aprendizado junto à diversidade dos coletivos urbanos.

A Figura 3 evidencia disparidades regionais acentuadas nas pesquisas doutorais que versam sobre a temática do planejamento urbano participativo. Destacam-se a região Sul e Sudeste, e dentro desse recorte o Rio Grande do Sul se sobressai. Por outro lado, observa-se o enorme vazio regional, entre o Norte e Centro-oeste e baixa representatividade no Nordeste.

**Figura 03 -** Perfil das áreas de concentração do doutorado por IES e UF, quando usado os descritores planejamento urbano, participação e democracia (2021 – 2023).




Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de Teses e Dissertações/CAPES, 2021 – 2023.

## Considerações e proposições finais

O mapeamento apresentado se propôs identificar o perfil acadêmico, espacial e institucional das teses de doutorado desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior, sobre a temática do planejamento urbano participativo e democrático.

Os dados registrados no percurso metodológico revelam a desproporcionalidade nos temas que protagonizam a pesquisa acadêmica no âmbito dos programas de doutorado em Planejamento Urbano. Tal disparidade manifesta-se na quantidade de investigações que versam sobre eixos tradicionais, a exemplo da expansão urbana, habitação e transporte, em detrimento de abordagens com ênfase na participação cidadã, na gestão democrática ou nas insurgências urbanas. Essa configuração pode ser resultado da hegemonia da racionalidade técnica, e da busca ostensiva pela eficiência na gestão urbana, tradicionalmente protagonizado no urbanismo brasileiro. Sob esta influência o estudo das ações insurgentes permanece periférico no repertório acadêmico, talvez pela tradição em pesquisas ancoradas nos interesses estritos da administração pública ou nas agendas das agências de fomento. Não raro, tais agências aderem a temas já estabelecidos por políticas públicas vigentes, enquanto a temática da insurgência, por natureza, evoca vozes dissidentes que tensionam o *modus operandi*. Para além do perfil temático preliminar, outras três se fizeram mais significativas na referida investigação.

A primeira, do ponto de vista do perfil temático-investigativo, destaca que a produção cientifica demonstra o hiato persistente entre a intenção normativa e o gesto prático. As investigações realizadas nos eixos de Avaliação Crítica de Instrumentos de Planejamento, Avaliação de Práticas Participativas, Avaliação de Práticas Participativas Insurgentes reúnem resultados que deslocam o debate do campo das abstrações para a espacialidade urbana. Tais investigações revelam tanto o caráter "fetichista" dos ritos burocráticos e institucionalizados dos planos, quanto às possibilidades e aprendizados no âmbito das insurgências. No tocante às Propostas de Estratégias para o Planejamento Participativo, observa-se que muitas investigações permanecem "prisioneiras" de versões institucionalizadas e de técnicas de alcance limitado. Essa limitação é evidente na centralidade atribuída ao uso das Tecnologias da Informação e

Comunicação (TICs) como ferramenta para ampliar a participação. Nesse caso, é essencial ampliar o repertório propositivo e desenvolver metodologias mais inventivas. O aprofundamento desse perfil de pesquisa ajudará na construção de metodologias mais eficazes para a gestão pública e à elaboração de planos diretores que reflitam as demandas coletivas.

A segunda evidência, de natureza espacial, revela uma dupla centralidade nos recortes que protagonizam a pesquisa doutoral sobre o tema da participação no planejamento urbano. Identifica-se, a priori, a prevalência das regiões Sul e Sudeste, em contraste com a baixa incidência no Nordeste e Centro-Oeste, com lacunas expressivas no Norte. Somado ao desequilíbrio regional está a concentração desse olhar investigativo nas capitais e grandes centros urbanos (ex. Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife). Embora o mapeamento tenha identificado três regiões metropolitanas (o que inclui vários municípios) e mais vinte e três municípios, esse quantitativo é considerando o total de 5.561. Mesmo se a referência for os municípios com mais de 20.000 habitantes na zona urbana – 1.710, de acordo com o Censo 2022 (IBGE, 2023) –, os quais são obrigados a elaborar seus Planos Diretores, conforme Lei 10.257/2001, o quantitativo permanece diminuto. A concentração regional e escalar, embaça o conhecimento sobre experiências de gestão democrática nos pequenos municípios, com impactos diretos na qualidade de vida urbana.

A terceira evidência está relacionada ao perfil institucional, e a representatividade das pesquisas nos programas de pós-graduação no cenário da gestão democrática. Dentro do escopo metodológico observa-se que a produção científica emana, primordialmente, das IES públicas. Embora as universidades federais concentrem maior número nas investigações, possivelmente devido à capitação de recursos das agências de fomento, é importante destacar a participação das universidades estaduais. Estas instituições mesmo operando sob regime de financiamento e orçamentos, frequentemente, mais escassos e restritos, preservam compromisso com as fragilidades políticas no planejamento urbano. Sobre as áreas de concentração se sobressai uma tríade disciplinar, a saber: Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Planejamento Urbano e Regional. Essa concentração é talvez influenciada pela abordagem das limitações da gestão democrática, no contexto da política urbana, ainda no período da graduação, tanto do curso de Geografia, como no curso de Arquitetura e Urbanismo. E o repertório temático adquirido na formação inicial favorece o surgimento de inquietudes para pesquisas mais aprofundadas.

Quais caminhos precisam ser construídos para ampliar a diversidade temática, atenuar as desigualdades espaciais e escalares em relação às investigações acadêmicas sobre a gestão democrática no contexto da política urbana? E quais caminhos precisam ser construídos para incentivar novos programas de pós-graduação a incluírem em suas agendas de pesquisas a referida temática? O perfil encontrado suscita caminhos acadêmicos na dimensão do ensino, pesquisa e extensão.

No campo do ensino, as inquietações sobre os desafios para o efetivo estabelecimento da gestão democrática da cidade deve ser fomentadas na graduação, nas práticas pedagógicas. A experiência docente permite as seguintes considerações sobre a temática da gestão democrática e da efetiva participação da sociedade na construção da cidade, a saber: a) a gestão democrática é vista como algo abstrato, de difícil concretização; b) é comum os estudantes expressarem que a gestão democrática é uma ilusão; c) desconhecem a previsão da gestão democrática na legislação urbana, e os dispositivos legais para que isso ocorra; d) há pouco conhecimento sobre experiências de práticas participativas no contexto urbano; e) subestimam o potencial pedagógico e multiplicador das práticas insurgentes. A gestão democrática nas cidades brasileiras apresenta desafios contundentes. Mas a ênfase exclusiva nesses limites é insuficiente para produzir avanços no processo democrático. É preciso uma geografia mais propositiva, capaz de produzir impacto real na vida das pessoas que moram nas cidades. A cidade é o que acontece enquanto discutimos legislações e teorias na sala de aula. É preciso rever discursos e de conceitos acadêmicos que se restringem ao âmbito acadêmico. É preciso valorizar outras versões, olhares e leituras sobre a cidade, e ampliar o conhecimento sobre às estratégias, movimentos e intervenções participativas e insurgentes, em curso, muitas vezes fora das previsões normativas. É preciso incorporar o exercício da abordagem participativa como etapa estruturante do planejamento urbano. É preciso deixar evidente para estudantes que a gestão democrática não é uma falácia, está prevista em lei, mas a legislação não é suficiente para assegurar inclusão e justiça urbana.

Nesse sentido, compartilho algumas possibilidades pedagógicas, desenvolvidas ao longo da trajetória docente, as quais despertam inquietações nos estudantes sobre o uso de metodologias e estratégias participativas na política urbana e que podem ser adaptadas. 1) Compreensão da cidade pelos olhos de Carolina Maria de Jesus, mediante a leitura da obra Quarto de Despejo; aqui são abertas vias de inquietações e perguntas. Os estudantes são estimulados a refletir sobre outras formas de conceituar a cidade, para além dos referenciais tradicionais. A intenção é diversificar a linguagem sobre os desafios urbanos. 2) Elabo-ração de planos elementares para implantação de equipamentos públicos urbanos, mediante consultas a grupos acessíveis aos discentes. Aqui a prioridade não é o rigor

metodológico, mas o exercício da pergunta como etapa inicial para metodologias mais elaboradas. É comum os estudantes resistirem à consulta de outras vozes, muitas vezes já com propostas pré-definidas.3. Construção de uma cidade virtual, considerando a legislação urbana no Brasil. A atividade é feita face o uso do aplicativo *SimCity*. É uma oportunidade para que os estudantes percebam como é desafiador planejar uma cidade, sob a avaliação e demanda constante dos moradores. E, nesse sentido, perceber a complexidade para propor estratégias reais para cidades reais, tarefa tão imprescindível quanto desafiadora.

Para além de atividades específicas, propõe-se a inclusão de metodologias participativas no ementário dos componentes curriculares que versam sobre o planejamento urbano. A ideia é a diversificação da linguagem, e o uso de uma versão linguística menos tecnoburocrática para se aproximar de coletivos urbanos. Alinhado à diversificação da linguagem, estimular elaboração de atividades acadêmicas, que transitem por um processo de escuta e de diálogo integrados aos coletivos urbanos organizados. Propor atividades focadas na criação de estratégias para integrar grupos vulnerabilizados, cujas experiências cotidianas se deem no espaço urbano, e que possam ser integradas ao planejamento e gestão das cidades. Considera-se importante construir espaços articuladores para que os sujeitos participantes sejam eles próprios construtores das possibilidades diversas de intervenções para a melhoria da qualidade de vida urbana, e não apenas receptores das propostas acadêmica-universitária ou objetos de pesquisa.

No âmbito da pesquisa, é importante que a temática esteja presente desde a iniciação científica, na graduação, como possibilidade para influenciar a pesquisa na pós-graduação. O vazio espacial brasileiro, referente às pesquisas doutorais sobre gestão democrática, se revela como possibilidade para ampliar o repertório investigativo dos grupos e laboratórios de pesquisas, vinculados aos programas de pós-graduação. A baixa representatividade no Nordeste, citada anteriormente, e o vazio investigativo no Norte e Centro-oeste permite desenhar novas inquietações para futuras pesquisas. Por exemplo, ainda é necessário compreender quais são os marcadores acadêmicos e espaciais que favorecem, por um lado, um maior conjunto de estudos sobre o planejamento participativo no Sul e Sudeste e, por outro, mas não alcançam o vazio investigativo no Norte e Centro-Oeste? É urgente a ampliação para o interior do país, das pesquisas que versem sobre os desafios, as alternativas, e as trincheiras de um planejamento urbano que precisa ultrapassar a versão tecnocrática e legalista da gestão democrática. Como já dito, aqui, é imprescindível avançar na pesquisa acadêmica, na direção da denúncia do que impede processos democráticos e participativos e anunciem formas mais inclusivas na gestão da coisa pública. O engajamento nesse perfil de pesquisa está vinculado, por exemplo, à criação de espaços para que estudantes da pós-graduação possam compartilhar relatos e reflexões sobre suas comunidades, estimulando a escuta e a troca de saberes, e como os desafios urbanos são percebidos na prática profissional e na vivência particular e cotidiana.

O comprometimento dos grupos e laboratórios podem ser traduzidos no desenvolvimento de projetos de pesquisa que integrem métodos participativos, via inclusão das comunidades e coletivos urbanos. Essa parceria é uma chance para integrar diversos atores sociais na criação de metodologias e modelos sistemáticos mais efetivos para a gestão democrática. Na mesma direção, análises que incluam a diversidade dos desafios e experiências participativas dos pequenos aos grandes núcleos urbanos brasileiros, e nas vinte e seis unidades federativas podem compor os projetos de pesquisas. Sugiro, ainda, algumas propostas de investigação, a saber: a) criação e ampliação de repertórios metodológicos, centrados no sujeito e alinhados com as atuais demandas da gestão democrática; b) comparação entre os resultados, no âmbito do espaço urbano, das gestões municipais que buscam a implantação de elaboração de Planos Diretores mais participativos e aquelas mais conservadoras; c) análise de processos e experiências insurgentes em coletivos urbanos organizados ou espontâneos, focados na identificação de desafios comuns e aspectos exitosos; d) verificar se no caso de gestões municipais que elaboram os planos diretores de forma mais participativa, haveria maior justiça urbana.

Uma outra possibilidade nas pesquisas seria, inclusive, acolher as experiências insurgentes do planejamento como uma etapa e dimensão da democracia urbana. Face tais identificações divulgá-las entre os agentes protagonizadores de processos insurgentes, como referência pedagógica.

No âmbito das atividades extensionistas, a valorização de ações que fomentem a interação com a diversidade de atores, se mostra como um caminho para valorização de múltiplos saberes. E, nesse sentido, valorizem uma visão e compreensão mais abrangente dos desafios vividos cotidianamente pelas pessoas, nas cidades brasileiras. Aqui, é possível registrar alguns exemplos práticos desenvolvidos nos projetos de extensão, com a participação de bolsista de iniciação à extensão, sob minha orientação. As atividades extensionistas realizada seguem os pressupostos de metodologias participativas, cuja integração dos diferentes atores sociais na elaboração das estratégias para superação dos desafios urbanos é imprescindível. Portanto, todas as atividades são desenvolvidas, mediante a interação com moradores e moradoras urbanos, agregando múltiplos conhecimentos, incluindo aqueles adquiridos na vivência

cotidiana, no engajamento político, e na academia.

Num contexto em que, tradicionalmente, a população tem poucos espaços para participar de forma efetiva das tomadas de decisões, propostas que incluam as demandas expressas por grupos esquecidos tem um papel diferenciador, sobretudo quando visam valorizar o conhecimento da comunidade. Atualmente, tem predominado no projeto, a realização de atividades no âmbito escolar, onde os bolsistas desenvolvem as atividades, com intensa participação de estudantes do Ensino Médio, docentes e coordenação da escola. A escuta coletiva, dos diferentes grupos sociais, na construção de propostas para melhoria da qualidade de vida urbana, direciona as atividades. Os resultados dessas atividades estão expressos em minutas de projetos de lei, *web sites* comunitários, mapeamento participativos. Nesse caso, a prioridade são ações extensionistas que atuem junto às escolas, sobretudo de bairros com infraestrutura urbana precarizada, onde as escolas sejam um observatório para as demandas coletivas, via oficinas, ciclo de debates, e integração de coletivos urbanos.

Trata-se da construção de espaços articuladores para os sujeitos participantes e que sejam eles os próprios construtores das possibilidades diversas de intervenções para a melhoria da qualidade de vida urbana, e não apenas receptores das propostas acadêmicas-universitárias ou objetos de pesquisa. É preciso criar possibilidades para incorporar o exercício da abordagem participativa e da linguagem acolhedora como etapa obrigatória do planejamento urbano. É comum observarmos nos discursos acadêmicos críticas referentes à ausência da participação popular nos processos decisórios governamentais, inclusive referente ao planejamento urbano. Cabe nos inquietarmos sobre a forma pela qual a universidade tem preparado os futuros profissionais, sobretudo das referidas Área de Conhecimento (Geografia, Arquitetura, Engenharia, Economia, Administração, por exemplo) para trabalhar em conjunto com a população, e incorporar os saberes comunitários na construção do planejamento. Isso requer uma outra concepção epistemológica de saber, outra visão de universidade e de sociedade. Requer uma educação política, pois o ser humano é um ser político, vive na polis. Como e quem a governa? Pouco pensamos nisso, não raro ficamos num reducionismo de ser a favor ou contra o governante da vez.

A construção desse processo participativo e diverso do planejamento urbano – digo, para além desse saber acadêmico-técnico-burocrático –, só ocorre no contato com a própria diversidade de saberes, mediante o uso de uma retórica do planejamento urbano fundamentada no conhecimento diverso, plural, coletivo e em contato com a alteridade de percepções urbanas fora da universidade. Os resultados encontrados refletem inquietações nascidas na interação com alunas e alunos, colegas, escolares e coletivos urbanos, no contexto do ensino, a extensão e a pesquisa. Sustenta-se, aqui, que o ato de pesquisar nasce tanto de provocações internas e subjetivas, quanto do diálogo com o outro, cultivado nas práticas pedagógicas e na busca por experiências de aproximação entre Universidade e comunidade externa.

Por fim, sugerimos, ciente das limitações do campo investigativo de onde olhamos três propostas de temáticas para pesquisas: 1) Repertórios metodológicos, centrados nos sujeitos (e sujeitas) e alinhados com as atuais demandas da gestão democrática; 2) Análises comparativas entre os resultados, no âmbito do espaço urbano, das gestões municipais que buscam a implantação de elaboração de Planos Diretores mais participativos e aquelas mais conservadoras; 3) Análise de processos e experiências insurgentes em coletivos urbanos organizados ou espontâneos, focados na identificação de desafios comuns e aspectos exitosos.

Para que a agenda de pesquisa se amplifique, torna-se fundamental a abertura de editais de pesquisas direcionadas à investigação de experiências participativas nas cidades brasileiras, que contemplem, em especial, as IES localizadas nas regiões e Unidades Federativas com maior vazio investigativo relacionado à temática da participação e democracia no planejamento urbano.

**Referências**

ALMEIDA, Alisson; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Direito de ir, de vir e de ficar**: a população em situação de rua em Feira de Santana – um relato de experiência a partir das atividades extensionistas. In: Congresso Brasileiro de Geografia, 10, 2024. Anais [...] São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024.

BALEM, Tiago. **Território do comum em práticas urbanas insurgentes**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BHERING, Iracema Generoso de Abreu. **O urbanismo e a paisagem desejada.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BORGES, Júnia Lúcio de Castro. **O potencial da informação geográfica voluntária como suporte à democracia no planejamento e gestão territorial**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BRAGA, Andréa Luiza Curralinho. **Desenho Institucional e bens democráticos:** um estudo sobre as intersecções dos conselhos relacionados à política urbana em Curitiba**.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BUGS, Geisa. **Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista:** a fetichização dos planos diretores participativos. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2009.

CASTRO, André Hacl. **Planejamento urbano e inclusão social:** um estudo a partir dos instrumentos de gestão democrática em Niterói-RJ. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

COELHO, Will Robson. **A 'Governança Urbana Participativa':** A Experiência do Conselho Nacional das Cidades – Ministério das Cidades. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COLENCI, Pedro Luciano. **Plano diretor municipal e participação popular contributiva avaliados por um modelo integrador**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CONCEIÇÃO, Larissa; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Construção de mapas participativos e afetivos para compreender os desafios das comunidades urbanas experimentados e vivenciados pelos servidores terceirizados da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**. Feira de Santana; 2023. 1-32. (Relatório Técnico de Iniciação à Extensão).

COSTA, Márcia Helena Batista Corrêa da. **Participação democrática e planejamento urbano:** o Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CUNHA, Luis Felipe. **Práticas espaciais e planejamento insurgente:** os casos do Campeche em Florianópolis e Pointe-Saint-Charles em Montreal. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DANTAS, Érica; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Vivências estudantis e a criação de *website* comunitário como forma de expressão das conquistas e desafios socio-espaciais no bairro Baraúnas** – Feira de Santana (BA). In: Congresso Brasileiro de Geografia, 10, 2024. Anais [...] São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024.

FERREIRA, Ana Mônica Medeiros. **Direito à Cidade e participação popular na política urbana da cidade do Natal-RN:** uma crítica sócio-jurídica ao direito urbanístico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

HASS, Mônica. **Democracia e Governança:** o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) - 2001-2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ISOPPO, Rodrigo Schames. **Da ocupação à retomada:** cartografando processos de subjetivação em território urbano. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

KNEBEL, **Norberto Milton Paiva. Cidades inteligentes e participação:** crítica da economia política do espaço urbano contemporâneo**.** Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Doutorado em Direitos Humanos, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2021.

LOPES, Lara Citó. **Qualidade ambiental no centro de Teresina.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

LOURENCETTI, Luiz Antonio. **Políticas públicas de desenvolvimento urbano:** uma análise comportamental da gestão democrática da cidade. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento urbano, democracia e participação popular:** o caso da revisão do plano diretor de Fortaleza (2003-2008). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2011.

MANCINI, Laura Moreira. **A participação na governança de projetos urbanos metropolitanos no Rio de Janeiro:** a experiência do projeto Reconstrução Rio**.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do

pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. **O *Phármakon* da democracia eletrônica na gestão territorial urbana**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MELCHIORS, Lúcia Camargos. **Reivindicando territórios na cidade contemporânea:** experiências de ações coletivas contra-hegemônicas frente à mercantilização do urbano. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MILAGRES, Lígia Maria Xavier. **Processos de auto-organização sócio-espacial:** ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MIRAFTAB. Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais. (online), Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016.

NASCIMENTO, Daniela Viegas da Costa. **Economia da partilha na dinâmica urbana – Contradições para o Direito à Cidade.** Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

NUNES, Luiz Antonio de Paula. **A construção da esfera pública no planejamento urbano:** um percurso histórico: Santos, 1945-2000. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NUNES, Sandra Marília Maia. **Planejamento Urbano no Recife:** Futuro do pretérito. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2015.

OLIVEIRA, Joélisson; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Ciclo de oficinas nas escolas para fomentar o envolvimento dos(as) estudantes nos desafios comunitários**: uma proposta face o conhecimento geográfico na dimensão urbana e política. Feira de Santana, 2022. 1-7 (Relatório Técnico de Iniciação à Extensão).

OLIVEIRA, Joélisson; VIEIRA, Vanessa da Silva. **Potencialidades e Fragilidades dos equipamentos públicos do bairro Aviário**: análise crítica por meio da percepção dos estudantes do Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana (CETIFS). Feira de Santana, 2023. 1-8 (Relatório Técnico de Iniciação à Extensão).

OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. **A participação popular no planejamento urbano:** a experiência do plano diretor de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, Carlos Henrique Medeiros. **Planejamento urbano e participação social:** a experiência de Vitória da Conquista/BA. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PONTES, Adriana de Oliveira. **Gestão democrática da cidade:** análise da efetividade dos instrumentos participativos do Estatuto da Cidade. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

REBOUÇAS, Thaís de Miranda**. O bairro e o plano:** estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano no bairro 2 de Julho, em Salvador, Bahia, Brasil. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2019.

REBOUÇAS, Fádia dos Reis. **O lugar da periferia como possibilidade de efetivação da participação social no planejamento urbano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

RIBEIRO, Edson Paulo. **Democracia participativa e política urbana no Brasil:** a experiência do orçamento participativo. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RODRIGUES, Carolina Monteiro. **Governança urbana e participação popular na política habitacional em Recife:** avanços e desafios**.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SABOYA, Renato T. de. **Construção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos.** Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianopólis, 2007.

SANTOS, Ricardo Luiz de Souza. **Planejamento urbano e justiça espacial:** a participação da sociedade nos processos decisórios. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2020.

SILVA, Antônio Marcos da. **Planejamento urbano democrático:** os desafios da participação social nos processos de requalificação de centros históricos**.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOUZA, Jairo Salvador de. **Planejamento Insurgente, justiça socioespacial, e o direito à cidade**: práticas

de resistência no territórios às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no século XXI. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos – SP, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2006.

SOUZA, Marina de. **Planejamento urbano colaborativo:** desafios e oportunidades na implementação de ferramentas digitais participativas. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

TEIXEIRA, João Felipe Moreira. **A cidade como bem comum:** participação social e direito à cidade em perspectiva crítica**.** Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

TOLEDO, Rodrigo Alberto. **Trajetórias do Planejamento Urbano no município de Araraquara:** Centralismo decisório ou participação?. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2013.

VAN DEN BRULE, David Melo. **Justiça Socioespacial e a participação popular no planejamento e gestão urbanos no município de Juazeiro do Norte-CE**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2020.

VIEIRA, Patrícia Gomes. **Participação cidadã no planejamento urbano:** entre a teoria e a prática nos conselhos municipais de desenvolvimento urbano**.** Tese (Doutorado em Administração Pública) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

VILLAS BÔAS, Gabriela. **Inovações na gestão democrática da cidade:** a experiência dos conselhos municipais de habitação**.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.